

CONCURSOS

RUBEM BRAGA

UMA leitora me escreve para contar uma história banal. Em setembro de 1947 houve um concurso para escriturário de determinada autarquia. Uma sua filha resolveu entrar nesse concurso.

As matérias eram muitas, e o julgamento das provas de concurso para aquela autarquia tem fama de ser muito severo. Minha leitora matriculou a moça em um curso muito conhecido pela sua eficiência. Como é pobre, fez isso com sacrifício, tendo, inclusive, de renunciar a várias coisas para poder pagar os estudos da filha. Chegou, afinal, o dia. Nervosismo. Depois uma grande alegria: a jovem tinha sido aprovada e classificada. Enquanto a mãe bendizia o sacrifício que fizera, a moça descansava de seu esforço intelectual — e as duas ficaram esperando a nomeação. O ordenado que a moça ia ganhar seria uma ajuda muito importante naquela casa pobre.

Até agora elas estão sperando a nomeação. Só agora terminará essa longa e melancólica espera: neste mês de setembro termina, pelo regulamento interno do Instituto ou por qualquer outro dispositivo legal, o prazo de validade do concurso, que é de dois anos. Um outro será aberto; aquêle não vale mais nada. "O senhor imagina o que é isso para uma pessoa moça que se esforça para melhorar de vida? As taxas pagas, o dinheiro dos professores, das passagens, o tempo perdido, a decepção... Não acha esse sistema uma desumanidade?"

A história, eu já disse, é banal. Com uma levandade atroz o Estado está sempre a anunciar concursos. Muitas vêzes o lôgro é pequeno. O candidato gasta alguns dias mexendo com os papéis, arrumando fotografias, se informando da coisa. Recebe, afinal, um cartãozinho. E que fique esperando em casa, porque terá aviso quando for marcado o dia do concurso. Esse aviso não vem nunca. Quando vem, pode acontecer como aconteceu a essa moça: um "bluff"...

Não é apenas tempo, dinheiro, oportunidade que se rouba assim ao pobre. E' também nervos, é também esperança, é também confiança. A levandade dos burocratas bem instalados não toma conhecimento disso. Esses meses de sacrifício, de esforço, de renúncia, êsses dois anos de ilusão e de esperança — tudo isso não vale nada. Os planos humildes feitos nas conversas de família, a alegria que vai se transformando em desconfiança e aflicção...

Não seria possível fazer uma lei que impedisse essas brincadeiras de mau gosto, essa espécie de criminosa molecagem oficial? Ainda outro dia tratei do caso do concurso para o monumento a Rui Barbosa; o concurso não deu em nada, e até hoje não se fala em nenhuma indenização aos concorrentes, muitos dos quais gastaram mais de 50 contos.

Que fazer? Confesso que não me ocorre nenhum conselho a dar a essa jovem pobre e honesta. Não há mesmo o que dizer a quem tem dois defeitos tão graves. Já o velho Heine se lamentava de a gente não ser consultada, com antecedência, sobre o lugar em que se deseja nascer — o lugar e a família... E' o diabo. Porque eu poderla fornecer aqui o nome de algumas famílias convenientes, isto é: famílias onde as mocinhas e os rapazes são nomeados, sem concurso nenhum, para lugares esplêndidos...

3.9.49

230